

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 2, Número 1, Maio de 2013

Dossiê Primavera Árabe

Democracia Árabe ou Revolução Islâmica?

Hillel Fradkin

Não Haverá uma Revolução Islâmica

Olivier Roy

Dossiê China

**Reforma de Cima para Baixo ou
Revolução de Baixo para Cima?**

Cheng Li

Autoritarismo e Contestação

Zhenhua Su, Hui Zhao e Jingkai He

**O Putinismo sob Cerco:
Implosão, Atrofia ou Revolução?**

Lilia Shevtsova

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Diego Abente Brun
Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Antonio Mitre
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Global Translations

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão (coord.)
Isadora Feitoza de Carvalho
Gabriela Gasparotto Souza

Apresentação

Egito, China e Rússia têm ocupado espaço crescente do noticiário internacional pela emergência de movimentos de contestação à ordem política estabelecida. No Egito, a contestação se transformou em revolta popular e resultou em mudança de governo e do regime político. Não é claro, todavia, dado o alto nível de instabilidade, quais serão as características – se mais ou menos democráticas – da nova ordem política em formação no maior país muçulmano do mundo árabe, peça-chave no complexo tabuleiro geopolítico do Oriente Médio. Na China e na Rússia, o cenário é outro. Nesses países, a ordem política estabelecida demonstra maior capacidade de reprimir e absorver os movimentos de contestação. Ainda assim, a incerteza política e o risco de instabilidade cresceram nas duas potências, ambas com assento no Conselho de Segurança da ONU e com relevância geopolítica global.

Os dois artigos que abrem esta edição apresentam visões contrapostas sobre os desdobramentos das “revoluções” no mundo árabe, em geral, e no Egito, em particular. Hillel Fradkin, do *think tank* conservador Hudson Institute, argumenta que está em curso uma revolução islâmica no Egito. Por trás de um discurso moderado e de adaptações táticas às circunstâncias, a Irmandade Muçulmana, principal força política do país, à qual pertence o presidente eleito, Mohamed Morsi, não teria abandonado o objetivo último de estabelecer um Estado islâmico. Esse propósito coincidiria com a aspiração do Egito “profundo”. A liderança da Irmandade Muçulmana e a maioria eleitoral islâmica condenariam as minorias urbanas, liberais e seculares a derrotas sucessivas até a eliminação de qualquer vestígio de democracia no país. O espectro do Irã ronda o Egito, na visão de Fradkin. As consequências para a região e para o mundo seriam funestas.

Olivier Roy, do European University Institute, discorda frontalmente. Em resposta a Fradkin, critica-o pela obsessão com uma suposta essência ideológica imutável da Irmandade Muçulmana. Que ela não é liberal e fará o que estiver ao seu alcance para manter e expandir o poder conquistado nas urnas, Roy não discute. Assim como não descarta que o Egito retroceda para um regime autocrático. Mas o novo regime não será expressão do islamismo radical. Um governo não democrático da Irmandade – se vier a existir— será social e culturalmente conservador, mas não revolucionário. O espectro do Irã não ronda o Egito. Ali, não há clero revolucionário coeso, líder carismático como foi o aiatolá Khomeini, organizações paramilitares capazes de se contrapor às Forças Armadas. Nem o Estado teocrático temido por Fradkin, nem necessariamente a democracia sonhada pelos jovens da Praça Tahrir. Para Roy, o futuro previsível do Egito se situará em algum lugar entre esses dois modelos.

O outro par de artigos desta edição é antes complementar do que antagonico entre si. “Reforma de cima para baixo ou revolução de baixo para cima”, de Cheng Li, da Brookings Institution, e “Autoritarismo e Contestação”, de Zhenhua Su *et alli*, professor da Universidade de Zhejiang, dão sequência ao “dossiê” sobre a China, iniciado no número anterior. Ambos colocam em xeque a tese de que o Estado e o Partido Comunista da China são invulneráveis aos impactos das transformações socioeconômicas em curso no país. Assinalam que a tese da invulnerabilidade do regime subestima não apenas os seus conflitos internos em torno da agenda de reformas, mas também a insatisfação social com o enorme poder monopolizado pelo partido, desgastado por sucessivos casos de corrupção e pela gestão desastrosa de crises sociais ou ambientais localizadas, mas frequentes. Os autores se referem ao número crescente de “incidentes de massa” (expressão oficial para protestos coletivos). A resposta do regime tem sido essencialmente repressiva. Os gastos com a manutenção da “estabilidade social” aumentaram a ponto de

equiparar-se às despesas com a defesa externa do país, afirmam. Seria insustentável a tentativa de encapsular repressivamente uma sociedade cada vez mais urbanizada, dinâmica e insatisfeita com a concentração de poder, riqueza e privilégios nas mãos da burocracia estatal e partidária, e de empresários com conexões especiais com os donos do poder. A questão que se coloca, para os autores, é se o medo de uma explosão social generalizada será suficiente para que a nova liderança chinesa se arrisque a fazer reformas que reduzam os privilégios do Estado e do Partido Comunista e ampliem a autonomia econômica e política da sociedade chinesa.

A perda de apoio social de regimes não democráticos é tema também do artigo que fecha esta edição. Sob a liderança de Vladimir Putin, se estabeleceu na Rússia um regime de poder crescentemente autoritário e personalista, a despeito da realização de eleições e da manutenção de um sistema pluripartidário. Em “O Putinismo sob Cerco: implosão, atrofia ou revolução?”, Lilia Shevtsova, do Centro Carnegie, de Moscou, descreve as características e analisa as causas do “Movimento de Dezembro”, a onda de protestos deflagrada ao final de 2011 depois que o partido de Putin conquistou a maioria parlamentar em eleições consideradas fraudulentas. Os protagonistas dos protestos foram membros da classe média dos principais centros urbanos do país, em geral mais jovens e mais instruídos que a média da população. A fraude eleitoral foi a gota d’água em um copo cheio de frustrações com as promessas de modernização política. Com Putin reeleito à presidência, em março de 2012, os protestos refluíram, não apenas pela ampla vitória eleitoral do líder russo, mas também pelas próprias dificuldades de organização e unificação do heterogêneo “Movimento de Dezembro”. Shevtsova, todavia, argumenta que as causas profundas dos protestos continuam presentes. A autora descrê da capacidade de auto-reforma do sistema de poder organizado por Putin. Reconhece, porém, que ele se assenta, por ora, em pilares suficientemente fortes para sustentá-lo: os interesses do complexo militar-industrial e de

energia, o nacionalismo russo e a apreensão dos governos ocidentais que preferem uma Rússia estável, ainda que não democrática, a uma Rússia em vias de mudanças imprevisíveis.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê China

AUTORITARISMO E CONTESTAÇÃO*

Zhenhua Su, Hui Zhao e Jingkai He

Zhenhua Su é professor adjunto de governo na Escola de Administração Pública, da Universidade de Zhejiang, na China. Hui Zhao é colunista, seu trabalho aparece com frequência na mídia chinesa. Jingkai He é estudante de pós-graduação em governo na Universidade de Harvard.

Depois que o Partido Comunista Chinês (PCC) suprimiu os protestos da Praça Tiananmen em 1989, surgiram no país duas visões completamente distintas sobre o futuro da China. Uma delas afirmava que os terríveis métodos de repressão usados pelo governo iriam arruinar a confiança pública no regime e dividir o PCC, causando sua queda do poder de modo acelerado. A outra visão defendia que o ano de 1989 e os expurgos que se seguiram haviam esvaziado de modo tão severo as fileiras oposicionistas que as forças insurgentes da sociedade chinesa nunca mais ressurgiriam.

A verdade está em algum ponto intermediário. O PCC não se dividiu, nem desmoronou. Na verdade, saiu fortalecido de 1989, tendo infligido aos oposicionistas uma enorme derrota. Além desse feito, outro fator importante foi o crescimento econômico rápido e prolongado

*Publicado originalmente como “China at the Tipping Point? Authoritarianism and Contestation”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

– que começou com a abertura econômica de 1992 –, o qual deu ao regime autoritário um alívio, à medida que as pessoas voltaram suas atenções para os ganhos materiais, tirando o foco da política. Outra ação do PCC foi a inclusão em suas fileiras de um número maior de profissionais, intelectuais, empresários e de membros de outros tipos de elite. Além disso, a expansão econômica deu ao Partido mais recursos para gastar com o bem estar da população e com suas inúmeras agências de vigilância e controle social. Dessa maneira, o PCC passou a ser um exemplo daquilo que Andrew J. Nathan chamou de “autoritarismo resiliente”* (*authoritarian resilience*)¹.

Todavia, por mais que tenha sido pressionada pelo peso da repressão, a oposição nunca se permitiu ser totalmente subjugada. Em 1998, quase uma década depois de Tiananmen, os ativistas pró-democracia tentaram formar um partido. O regime os reprimiu rapidamente, mas – dentro de dois anos – as dissidências intelectuais começaram a dar voz aos protestos por meio de pedidos on-line. Esses esforços alcançaram seu ponto alto em dezembro de 2008, quando foi lançada a Carta de Direitos 08 (www.charter08.com). Depois da prisão de seu principal idealizador, o crítico literário e futuro vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, mais pessoas se juntaram à iniciativa. Logo, a oposição está longe de morrer, mesmo que continue fraca.

Ao mesmo tempo, aquilo que o regime chama de “incidentes em massa” vem aumentando. No rol de episódios desse tipo, estão os tumultos de 2008 contrários ao mau comportamento da polícia em Weng’an, as agitações que se seguiram à revelação de casos de corrupção do PCC em Shishou em 2009 e um protesto de meses de duração relacionado a fraudes eleitorais, corrupção local e confisco de terras em Wukan em 2011 e 2012. Esses casos demonstram que o controle das autoridades sobre a sociedade não é tão forte como muitas vezes

*Nota dos editores: um corpo resiliente é resistente por ser capaz de se adaptar a mudanças ou, finda a pressão a qual é submetido, se recobrar facilmente.

se pensa. As manifestações públicas com conotações políticas também chamaram muita atenção. Elas incluíram os famosos protestos de 2007 contra a construção de uma fábrica de produtos químicos em Xiamen, os comícios de 2009 contra a proposta de criação de uma usina de incineração de lixo em Guangzhou, manifestações contra o psicólogo da Universidade de Pequim Sun Dongdong por seu apoio à ideia de que as pessoas que fazem petições com regularidade são normalmente doentes mentais e podem merecer detenção, e aglomerações na porta dos tribunais durante julgamentos famosos de pessoas como Liu Xiaobo, o ativista social Tan Zuoren – que denunciou inúmeros escândalos –, o delator no caso do leite contaminado, Zhao Lianhai, e três internautas da província de Fujian que publicaram on-line uma prova de que a polícia havia estuprado e assassinado uma jovem. Atos menores e limitados de “resistência comum” também têm aumentado desde a década de 1990², assim como as disputas sobre terras e os protestos contra demolições forçadas³.

Apesar da aparência de um rígido controle por parte do regime, exemplos como esses indicam que, mais de duas décadas depois de Tiananmen, as forças de dissidência estão vivas e atuantes. Embora não tenha surgido ainda nenhum movimento político capaz de desafiar abertamente a repressão do Estado, parece justo dizer que a capacidade do regime de controlar a sociedade está perdendo força.

O PCC domina a China ininterruptamente desde 1949, e o faz recorrendo à manutenção de sua coesão interna, ao controle de recursos essenciais, à incorporação de novas elites e à contenção eficaz da sociedade. Os protestos de Tiananmen, em 1989, haviam sido preparados onze anos antes, quando a China saía dos dois anos de turbulência que se seguiram à morte de Mao Zedong, em 1976. Em 1978, Deng Xiaoping deu início à mudança de uma ideologia holística de controle total para uma posição mais relaxada destinada a promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Ainda que as condições ainda estivessem longe do ideal, a sociedade

civil começou a florescer e a cultivar a capacidade de protestar e fazer oposição, o que finalmente se materializou na Praça Tiananmen em Pequim no final da década de 1980.

Mesmo sangrentas e meticulosas, como foram as medidas repressivas de 1989, elas não reverteram completamente o processo de abertura social que o partido havia iniciado. A famosa viagem de Deng pelo sul da China, em 1992, marcou a retomada da estratégia, suspensa na década de 1980, de tentar conjugar maior abertura e controle constante. Por um lado, o PCC detinha ainda a posse dos recursos mais estratégicos, absorvia ativamente as elites permitidas pelo regime, dominava (ou tentava dominar) a sociedade e revelava que podia se adaptar a novas situações. Por outro lado, a riqueza circulava dentro e fora do setor privado, de modo que passou a ser necessário e permitido que um número crescente de pessoas deixasse para trás suas unidades de trabalho coletivo e as comunidades em que viviam. Mais favoráveis aos mercados, os novos esquemas econômicos estimularam fortes demandas por profissionais e trabalhadores autônomos tecnicamente qualificados e com possibilidades de deslocamento. O modo de vida desse grupo não podia mais ser rigorosamente vigiado ou adequado a um funcionamento do tipo quartel, que, durante décadas, imperou na República Popular da China (RPC). Os indivíduos deixaram de estar sob o controle minucioso de um Estado cuja dominação tem se desgastado de pelo menos quatro maneiras distintas:

1) *A coerência, ideológica ou não, da elite governante está enfraquecendo.* Atualmente, essa elite pode ser mais bem descrita como uma mistura de interesses ao invés de uma unidade. O PCC apresenta em seu interior uma variedade de ideias e interesses que chocariam o líder Mao. Algumas são expressões de regionalismos. O sistema de divisão de receitas da RPC, adotado em 1994, divide o produto dos impostos entre o centro e as províncias, o que confere a essas mais liberdade para tomar suas próprias decisões sobre vários assuntos, e, às vezes, rejeitar passivamente decisões inoportunas vindas de Pequim.

Além disso, cientes de que o governo central detém o controle de recursos valiosos (inclusive as agências responsáveis por eletricidade, telecomunicações e petróleo), essas províncias monopolizaram seus setores com empresas estatais (EEs) e começaram a buscar seus próprios interesses. Por fim, a burocracia do partido único não é mais orientada pelo marxismo, pelo maoísmo, nem por qualquer outro “-ismo”, com exceção do carreirismo. A corrupção é generalizada e muitos funcionários não se dedicam a nada além da aquisição de riqueza e posição social. Certamente, são poucos os que se preocupam em fazer cumprir a lei ou servir ao público de modo desinteressado.

2) A parcela dos recursos econômicos e sociais sob o controle direto do PCC tem encolhido ano a ano desde 1978. É verdade que, desde 2003, o Estado – apesar das críticas generalizadas – se expandiu à custa do setor privado, mas não o bastante para reverter a tendência geral. O regime do PCC aposta no desempenho econômico para fortalecer sua legitimidade, mas, não raro, as EEs – embora ricamente abastecidas de recursos – apresentam baixa produtividade e dependem de subsídios fiscais, empréstimos vultosos de bancos estatais e preços monopolistas para sobreviverem. Elas contribuem pouco para os resultados econômicos da RPC, e vêm reforçando a dependência em relação ao capital estrangeiro e privado ao ponto de reduzir os poderes discricionários do Estado e de suavizar seu punho de ferro. Por essa razão, é possível que venha a ocorrer um desalinhamento entre o controle estatal sobre os recursos sociais e econômicos. Por exemplo, o Anuário Estatístico da China de 2008 observa que, em 2007, as EEs controlavam 44,8% do capital nacional, mas empregavam somente 21,8% da população urbana chinesa.

3) O PCC está perdendo sua capacidade de absorver as novas elites sociais. A menos que seja capaz de incorporar a suas fileiras novos grupos sociais relevantes – como os profissionais com bons níveis de instrução –, o PCC não poderá sobreviver como a única força dominante da China. Sua principal maneira de fazer essa inclusão sem-

pre foram as ofertas de emprego, mas esse caminho está se fechando. As instituições que estão sob o controle do PCC – as administrações do partido e do Estado, as EEs e as burocracias que supervisionam a cultura, a educação, a pesquisa científica e os serviços de saúde, por exemplo – já estão com um excesso de funcionários. Todo ano, são poucos os recém-formados que conseguem se tornar funcionários públicos. Isso não quer dizer que todo mundo deseje um emprego no Partido: à medida que a economia de mercado cresce, mais membros dos grupos de elite (especialmente entre os mais jovens) preferem procurar um trabalho lucrativo no setor privado.

4) O PCC não pode mais controlar a sociedade da mesma forma que o fazia no passado. Antes das reformas de 1978, a ampla maioria da população chinesa vivia e trabalhava sob o controle direto das comunidades, unidades trabalhistas ou comitês de vilarejos e bairros. Nessa época, o controle social baseava-se fortemente nos decretos da liderança do PCC. Quando os antigos sistemas que determinavam o local de residência e o emprego afrouxaram, mais pessoas saíram da órbita do controle direto do Partido. Nas últimas décadas, milhões do 1,2 bilhão de cidadãos chineses deixaram seus endereços oficiais para viverem e trabalharem em outros locais. O controle abrangente da sociedade pelo Partido tem ficado para trás desde o final da década de 1980. As represálias pós-Tiananmen não puderam e não conseguiram restaurá-lo.

Os Limites da “Manutenção da Estabilidade”

Em termos de organograma, o controle social na RPC anterior a 1978 era obrigação das agências policiais e de outras forças armadas mantidas pelo Estado, dos vários departamentos do governo e do PCC (o Ministério da Cultura, o departamento de propaganda do Partido Comunista, etc.) e de organizações ou comitês de trabalhadores, mulheres, jovens e moradores de bairros ou vilarejos. Mas o que realmente garantia tal controle era o domínio da política, da economia, da

sociedade e da cultura pelo Estado, juntamente com um sistema rígido de registro de domicílios que segregava os moradores das cidades e do meio rural e impedia que os cidadãos se locomovessem livremente.

As reformas de Deng permitiram que a sociedade obtivesse ganhos importantes em relação ao Estado, deixando apenas o esqueleto do sistema clássico de controle social ainda de pé. Nos dias de hoje, o controle social passou do atacado para o varejo: é uma característica do regime liderado pelo PCC dedicar especial atenção a determinadas pessoas e organizações consideradas uma ameaça à estabilidade. Os órgãos do partido dedicados à “manutenção da estabilidade” (*weiwen*) pretendem “cortar pela raiz todos os fatores de instabilidade”. Isso significa controlar (se for preciso, por meio da repressão policial) as atividades dos dissidentes, ajudar o governo local a “administrar” (o que, às vezes, significa bloquear) as petições dos cidadãos⁴, e assegurar que os funcionários de todos os níveis sejam responsabilizados por fazerem sua parte na manutenção da estabilidade.

A maioria das medidas de manutenção da estabilidade é tomada após a ocorrência de um determinado fato e consiste, na realidade, em punições para várias transgressões. Em alguns casos, as autoridades tomam medidas “preventivas” se a necessidade parece urgente, muito embora, de acordo com as próprias leis do Partido, aplicar punições por atos que ainda não foram cometidos é claramente ilegal. Defensores da tese do autoritarismo resiliente gostam de frisar que, desde 1989, o regime não deixou de usar duras medidas preventivas para manter a estabilidade. Entre outros problemas, no entanto, todo esse esforço é muito caro: em 2009, a China gastou na manutenção da ordem interna quase tanto quanto gastou com a defesa militar⁵.

As violentas medidas repressivas pós-Tiananmen mergulharam a China em um mal-estar de pavor, e muita gente abandonou qualquer ideia de enfrentar o regime. Quase um quarto de século depois, esse medo paralisante diminuiu. Hoje, ninguém com menos de 24 anos – ou, em outras palavras, cerca de 513 milhões da população chinesa de

1,3 bilhão de habitantes – se lembra de 1989. Ironicamente, os próprios esforços do regime para abafar a discussão sobre o que aconteceu naquele ano e logo depois – como seus esforços para jogar um véu de silêncio sobre suas represálias mais recentes a movimentos como o Falun Gong – ajudaram a afastar o temor, dissipando a memória. Menos memória significa menos temor e menos temor significa mais dissidência.

Outro problema para o PCC é que a coação preventiva é incompatível com o império da lei que ele vem tentando construir. Nos últimos anos, as precauções contra dissidentes e grupos de manifestantes incluíram violência, buscas ilegais e detenção, prisão domiciliar, perseguição e intimidação para interrogatórios, muitas vezes em flagrante violação às atuais leis chinesas. Sabe-se que essas providências provocaram resultados contrários, concentrando a simpatia do público na defesa dos alvos do regime. Enquanto isso, a falta de uma justificativa legal básica deixou as autoridades de segurança tão ansiosas que, em muitos casos, eles fazem pouco mais do que recorrer ao peso estatal para enfrentar as forças de protesto. Hoje em dia, por exemplo, não é raro a polícia “convidar” os ativistas sob sua vigilância para irem aos quartéis “tomar chá” – um processo que pretende mostrar aos potenciais desordeiros que eles têm sido observados, investigados e alertados pelo Estado. Muitos internautas gostam de publicar on-line suas próprias experiências de “tomar chá”, considerando o recebimento de tal “convite” das autoridades como uma honra e um motivo de orgulho. Logo, uma medida destinada a intimidar se tornou um incentivo para o ativismo.

À medida que cresce o número de dissidentes, a punição está deixando de atingir seu efeito esperado. As pessoas sabem que as punições são reservadas para líderes importantes, como Liu Xiaobo, Guo Feixiong e Hu Jia⁶. Os seguidores enfrentam riscos menores, e há redes sociais que apoiam aqueles que se envolvem em problemas sérios com as autoridades. Mais do que “tomar chá”, ser alvo de repressão se

tornou uma honra e até um meio de acumular capital político, e, por essa razão, mais pessoas estão dispostas a se arriscar.

A Carta 08 – um movimento grande e influente – surgiu apenas dois anos após a repressão governamental de 2006 a manifestantes que faziam greve de fome. O regime sentenciou seu membro mais famoso, Liu Xiaobo, a 11 anos de prisão, mas as forças insurgentes não mostraram nenhum sinal de desistência. Em 2011 e no início de 2012, dezenas de pessoas tentaram visitar o advogado cego e defensor dos direitos Chen Guangcheng (exilado desde então) durante sua prisão domiciliar na província de Shandong. Todos os visitantes – inclusive o ator Christian Bale, que apareceu na imprensa mundial com um vídeo em que é confrontado por agentes de segurança em trajes civis – foram vítimas de assédio das autoridades e, em alguns casos, de ataques físicos. Ninguém realmente atravessou a barreira de contenção para se encontrar com Chen antes que ele deixasse a China em maio de 2012, mas as pessoas se recusaram a ser intimidadas e continuaram tentando. O episódio evidencia os limites da repressão do Estado e, por consequência, da tese de “autoritarismo resiliente”.

Mas expor os limites do que a repressão pode fazer não é o mesmo que formar uma oposição política organizada capaz de enfrentar sistematicamente o regime. Quais são as perspectivas de que essa oposição de fato surja?

Nova Sociedade, Novas Forças

Como se poderia esperar, dada a posição da China como um país em fase de modernização e urbanização, com uma economia dinâmica baseada em mercados e com um forte envolvimento na globalização, ela se tornou um lugar em que as condições favorecem o surgimento de grupos organizados dedicados a lutar contra um Estado autoritário. As forças de repressão estão se reunindo e começando a caminhar na direção do protesto político. As evidências são claras:

1) O público está superando gradualmente a apatia política e o temor. Após a repressão de 1989 e a guinada em direção aos mercados e a uma abertura limitada no início da década de 1990, a indiferença política e uma preocupação em ganhar dinheiro prevaleceram em toda a sociedade chinesa. Mas, em anos recentes, a conscientização sobre a existência de direitos vem aumentando à medida que os cidadãos se cansam de atos estatais desrespeitosos, sejam eles diretos (demolições forçadas de casas) ou indiretos (crescente desigualdade de renda, extrema corrupção e poluição ambiental)⁷. As pessoas querem saber qual é o impacto do governo em suas vidas, inclusive se ele está administrando efetivamente os serviços públicos e proporcionando honestamente os benefícios prometidos.

A promoção de sentimentos nacionalistas pelo PCC fez com que as pessoas se voltassem para a política. Aqueles que nasceram nas décadas de 1980 e 1990 chegaram à idade adulta sem lembranças do trauma político pessoal ou de uma burocracia estatal assustadoramente controladora.

2) Atualmente, há meios de comunicação baseados no mercado que servem como alternativa à antiga mídia dirigida pelo Estado. Na década de 1990, começou a ruir o antigo muro de contenção em torno de notícias, comentários e comunicações sociais em geral. Antes completamente proibidos, os meios de comunicação que não são dirigidos pelo Estado atendem, agora, a uma sociedade mais diversificada, com um apetite crescente por todos os assuntos culturais, recreativos e relacionados a informações diversas. Embora a censura continue, os órgãos da “mídia de mercado” com fins lucrativos (pertencentes ao Estado, mas não rigidamente dirigidos por ele) cada vez mais adaptam seu conteúdo aos gostos, preferências e valores do público. Colunistas e comentaristas muitas vezes analisam as autoridades locais, as políticas nacionais e os vários fenômenos sociais com olhos críticos. Há notícias ao vivo pela televisão e uma cobertura com profundidade dos problemas atuais, inclusive de assuntos que as autoridades prefeririam

que não fossem discutidos. A explosão do uso da internet também estimula partes da “mídia de mercado” – formadas por pessoas que não se identificam com as instituições do partido e que se veem como profissionais independentes – a se tornarem mais audaciosas na apresentação de pontos de vista e reportagens controversas. Os meios de comunicação “de mercado” da China ainda pertencem ao Estado, mas, ainda assim, oferecem uma plataforma mais aberta ao discurso que se afasta da linha oficial do Partido. Por essa razão, podem ser apontados como um dos motivos pelos quais o PCC viu diminuir o seu controle sobre o que os chineses leem, pensam e dizem.

3) O império da lei e a defesa dos direitos estão crescendo em prestígio e importância. Depois de 1978, as reformas do PCC favoráveis ao mercado levaram à desintegração das comunidades e do sistema de “afiliações oficiais”, que colocava a maioria da população sob o controle direto do Estado. Na década de 1990, milhões de trabalhadores e empresários migrantes ajudaram a acentuar essa mudança. O desenvolvimento econômico produziu novas classes sociais inteiras na forma de milhões de empreendedores, proprietários de pequenas empresas, autônomos e funcionários de escritório. O sistema original de controle direto do Estado não pôde se sustentar. O regime do PCC teve pouca alternativa, a não ser se voltar ao império da lei não só como um de seus principais métodos de administração da sociedade, mas também como um complemento importante de suas táticas autoritárias. Assim, a promoção do império da lei se tornou a política oficial do Estado no final da década de 1990.

Para o Partido, o fortalecimento do império da lei é uma faca de dois gumes. Ele é útil ao controle social, mas também cria proteções para as pessoas comuns com as quais as autoridades não estão acostumadas a se preocupar. Na busca por crescimento econômico rápido, o Estado chinês muitas vezes confisca recursos básicos a preços abaixo do mercado e reprime aqueles que, afetados por essa decisão, fazem objeção a ela. O número de descontentes não é pequeno. Ele inclui

trabalhadores demitidos das EEs que receberam uma única e ínfima indenização com base no tempo de serviço, camponeses cuja terra é confiscada sem uma compensação adequada, proprietários que ficam desabrigados quando o governo derruba suas casas para dar lugar a uma ferrovia ou a uma barragem, e assim por diante⁸. Abusos de poder por todos os níveis do governo, bem como a repressão de grupos religiosos pelo Estado, vêm fazendo com que um número expressivo de pessoas adira aos movimentos *shangfang* (petição e apelo). Em resposta à destruição de seus interesses, à retirada de benefícios prometidos e ao sufocamento de diversas vozes, as pessoas têm utilizado novos métodos de “resistência legal”⁹, fazendo uso do atual sistema legal e de medidas mais tradicionais, como, por exemplo, as cartas pessoais de petição. O novo termo *weiquan* (defesa dos direitos) nasceu desse movimento¹⁰.

O movimento de defesa dos direitos se manifesta por meio dos apelos das pessoas em favor de seus interesses individuais, mas, como um todo, envolve um número expressivo de cidadãos de diferentes classes sociais e aborda um vasto conjunto de problemas. O movimento não apenas deu origem a um grupo legal dedicado à defesa dos direitos, mas também transformou pessoas comuns – que, antes, estavam preocupadas somente com seus interesses imediatos – em ativistas que lutam para defender os direitos de um modo mais geral. Intelectuais, ativistas de organizações não-governamentais e indivíduos ligados aos meios de comunicação também se envolveram.

Não há ainda uma organização unificada de defesa dos direitos, porém muitas “microecologias” *weiquan* germinaram e estão mostrando seu potencial. Uma microecologia típica de defesa dos direitos reúne peticionários e advogados (que, muitas vezes, trabalham de graça), jornalistas e ativistas de ONGs. Dissidentes políticos podem surgir entre os peticionários, bem como membros de elites influentes, cuja presença é particularmente útil à mobilização. Nesses grupos soltos, os membros chegam a consensos sobre valores, e, normalmente, fazem o

trabalho de comunicação e mobilização utilizando redes interpessoais e a internet. Em anos recentes, eles se reuniram para protestar contra os discursos de Sun Dongdong e chamar a atenção para a situação legal dos três internautas da província de Fujian que haviam dado visibilidade aos sistemas microecológicos e à capacidade deles de organizar e mobilizar uma dissidência.

4) Apesar dos rigorosos esforços de controle do PCC, a dissidência política resiste. As medidas repressivas de Tiananmen criaram um grupo de dissidentes que, há quase um quarto de século, mantém acesa a chama de protesto. Alguns intelectuais entraram para este grupo por meio da autorreflexão; outros o fizeram por entender que estavam do lado errado de um Estado abusivo, e desejam ver as antigas injustiças reparadas e as futuras, evitadas. A internet tem inspirado as pessoas a se tornarem dissidentes ou pelo menos simpatizantes dos dissidentes. Também há aqueles que são alvo da perseguição religiosa do PCC. Todos esses dissidentes carecem de organizações identificáveis, mas fazem exigências políticas. Eles se mantêm em constante contato uns com os outros e permanecem ativos nos assuntos públicos e nas atividades de defesa de direitos. Quando incidentes ocorrem, eles emitem declarações públicas sobre suas posições. Defendem reformas de vários tipos e ajudam a promover movimentos como a Carta 08. Não há um número vasto de dissidentes, mas alguns pertencem às elites e outros possuem qualidades carismáticas de liderança. O Prêmio Nobel da Paz de Liu Xiaobo fez com que o mundo se interessasse e prestasse atenção a eles. O regime os considera a força de oposição mais formidável que ele enfrenta e tem endurecido seu controle, sujeitando muitos dissidentes a um monitoramento e inspeção especiais.

5) Os trabalhadores migrantes da segunda geração formam uma força trabalhista mais rebelde. Os movimentos trabalhistas não são novidade na China. A obra de Ching Kwan Lee sobre protestos desse tipo anteriores a 2000 indica que o aumento deles é causado pelo ressentimento do trabalhador em relação a estruturas do Estado, gestores

e capitalistas, e é facilitado pelos novos espaços políticos e institucionais que permitem manifestações de interesses pessoais e de ressentimentos¹¹. Desde 2009, importantes greves nas fábricas da Honda e uma série de suicídios entre trabalhadores do enorme complexo da Foxconn Electronics na província de Guangdong, perto de Hong Kong, atraíram considerável atenção do público.

Atualmente, a força trabalhista – e o ativismo associado a ela – é dominada por trabalhadores da segunda geração – isto é, nascidos entre as décadas de 1980 e 1990 –, e uma de suas características é a migração interna entre as regiões do próprio país. Suas expectativas em relação aos direitos individuais são maiores do que as de seus pais. Eles trabalham não somente para alimentar suas famílias, mas também para viver a vida de uma forma gratificante. Eles cresceram nas cidades, mas, oficialmente, ainda são contados como moradores das zonas rurais, e, por isso, com frequência, são deixados de fora de programas voltados ao bem estar social e à previdência. Eles vivem na dura encruzilhada onde as condições necessárias para a manutenção do crescimento econômico da China e de sua competitividade global – postos de trabalho mal pagos e de alta produtividade – se encontram com os sonhos de uma vida melhor. As realidades de longas jornadas de trabalho mal pagas e em condições difíceis, e até perigosas, abastecem continuamente o movimento trabalhista chinês. O ímpeto desse movimento não é político, mas – dado que os governos locais, que premiam a estabilidade, colocam uma forte pressão sobre os trabalhadores rebeldes – os conflitos estão passando de casos de empregado contra empregador para confrontos que colocam diretamente os trabalhadores contra o regime autoritário do PCC.

Surge Uma Rede de Contestação

Nas condições autoritárias atuais, atividades declaradamente contestatórias continuam difusas. Mas várias forças desse tipo conseguiram permanecer conectadas tanto on-line como no “mundo real”,

estabelecendo, assim, uma rede de contestação, com opiniões explicitamente políticas. Dentro dessa rede, as reivindicações não são mais sobre preocupações meramente individuais ou de grupos isolados. Na sociedade chinesa contemporânea, a contestação exhibe as seguintes características:

1) As coalizões são construídas por meio da internet e da mobilização interpessoal. A internet, apresentada ao público chinês no final da década de 1990, tem mais de 400 milhões de usuários na China. Ela multiplicou as oportunidades de expressão livre de censura e reduziu o uso pelo regime do ostracismo e do isolamento social contra cidadãos considerados “perigosos”. A liberdade do mundo virtual encorajou a “mídia de mercado” a realizar reportagens e comentários mais livres. Nos últimos dez anos, a internet se tornou a principal plataforma de notícias e informações, o meio para discursos mais incisivos e audaciosos e também a ferramenta mais eficaz para a mobilização. Desde 2009, as ferramentas escolhidas para se falar sobre dissidência e mobilizá-la tem sido o Twitter e o Sina Weibo (um serviço de microblogs semelhante ao Twitter), nenhum dos quais o Estado tem sido capaz de censurar de modo eficaz em tempo real.

Dissidentes políticos, defensores de direitos e outros ativistas sociais entram na internet para se comunicar em tempo real desde o ano 2000, quando os movimentos politizados de assinaturas on-line começaram a proliferar¹². Declarações são elaboradas e espalhadas on-line; qualquer pessoa pode assinar, seja diretamente ou enviando informações para listas gerenciadas de e-mail. Inicialmente, os tópicos eram sobre incidentes específicos, mas, atualmente, todos os tipos de assuntos politicamente restritos são levantados. Em 2004, um pedido de responsabilização (*accountability*) pelo caso das medidas repressivas em Tiananmen, em 1989, motivou mais de cem intelectuais a afixar suas assinaturas on-line. Quatro anos depois veio a Carta 08, que atraiu milhares de assinaturas e foi manchete no mundo inteiro, programada para ser lançada no mesmo ano das Olimpíadas de Pequim.

Na China, como em toda parte, muitas pessoas se comunicam e se conhecem on-line, e essas interações podem ter um fundo político. Aqueles que participam ativamente das causas de dissidência e oposição organizada também gostam de se relacionar, assim como o acrônimo on-line, em IRL (“in real life” - “na vida real”), e o fazem em refeições, seminários, palestras e outros *weiguan* (encontros de multidões). Em abril e agosto de 2010, o artista e ativista Ai Weiwei ofereceu jantares em Hangzhou e Xangai, respectivamente. O primeiro atraiu quase trezentas pessoas, enquanto o segundo atraiu mil. Mais da metade eram peticionários. Em 2009, ativistas de toda a China organizaram “passeios” pelo distrito de Badong, na província de Hubei, em virtude da possível manipulação pelo Estado de um caso de assassinato local no qual a vítima era um funcionário oficial. (Com os comícios e manifestações formais proibidos, os ativistas optaram por viajar como turistas). Esse foi o primeiro exemplo de um ato coletivo de dissidência, organizado inteiramente por internautas.

Ansioso para controlar a liberdade na internet, o regime adotou medidas, como o vergonhoso Grande *Firewall* da China, para impedir que os dissidentes acessassem informações sensíveis que pudessem ser usadas para promover a contestação política e religiosa. Todavia, programas amplamente disponíveis permitem que muitos “pulem a muralha” e visualizem conteúdos bloqueados. A maioria dos internautas chineses pode não driblar a censura com regularidade, mas – em comparação com o passado – dispõe atualmente de um acesso muito mais livre à expressão e a informações on-line. A internet tornou impossível o desejo do regime de controlar o que os cidadãos podem aprender ou dizer.

Por meio de suas atividades e interações virtuais diárias, bem como por meio da participação em movimentos específicos de defesa dos direitos, os ativistas rebeldes se tornaram bem conhecidos uns dos outros. Os círculos de conhecidos se expandem, os grupos crescem e as ações coletivas se tornam mais fáceis de serem mobilizadas por meio

de redes pessoais. Entre os casos influentes, estão os encontros de 16 de abril de 2010¹³ e 16 de junho de 2010¹⁴, e também o seminário de maio de 2009, organizado por 19 intelectuais em memória do vigésimo aniversário do movimento de 4 de junho de 1989.

A análise dos antecedentes profissionais e regionais dos signatários da Carta 08 revela que pessoas de diferentes estilos de vida estão dispostas a manifestar abertamente suas opiniões políticas e a aceitar as consequências decorrentes disso. Os signatários se reuniram por meio de várias redes interpessoais com demandas e identidades políticas claras e relativamente similares – um indicador de que uma rede de protesto social está surgindo para desafiar o autoritarismo na China.

2) *As forças insurgentes estão se tornando menos reativas e mais proativas.* O rápido crescimento econômico e o crescimento dos mercados trouxeram uma desigualdade maior de renda. Muitos cidadãos se sentem explorados, tanto em termos relativos, como absolutos, e uma parcela crescente da população mostra-se ressentida com o governo. O PCC não tem sido capaz de amenizar esse descontentamento e, aparentemente, o ressentimento cresce de maneira descontrolada. Acessos de raiva ocorrem na forma de incidentes amplamente noticiados, como os mencionados anteriormente, ocorridos em Shishou, Weng'an e Wukan. Esses protestos envolveram muitas pessoas cujos interesses pessoais não estavam diretamente em jogo, e elas o fizeram por se identificarem e apoiarem movimentos cujos princípios elas compartilham.

3) *Uma economia forte não é suficiente para impedir que a dissidência irrompa.* O regime do PCC tem presenciado algumas das taxas de crescimento econômico mais expressivas do mundo durante as últimas décadas, mas nada disso se traduz em legitimidade política¹⁵. Por um lado, mesmo que se leve em conta apenas o campo econômico, o PCC deve continuar excedendo a si próprio: não importa quão rapidamente o crescimento ocorra, as exigências e as expectativas do povo o superarão. Por outro lado, custará caro ao regime se o progresso eco-

nômico cessar: o descontentamento voltado diretamente ao governo aumentaria de modo acelerado até dar origem a enormes disputas, as quais as forças de ordem se veriam obrigadas a conter.

4) A defesa dos direitos econômicos causa disputas políticas. Em geral, controvérsias sobre a defesa de direitos começam quando interesses econômicos são violados, e, geralmente, procuram influenciar os governos locais. Mas, quando a rota das reivindicações falha e os apelos ao império da lei são inúteis, os defensores dos direitos devem mudar de tática, voltando-se à questão da reforma política, caso desejem resguardar seus direitos econômicos. Enquanto isso, sob a influência da Carta 08 e da mobilização de 16 de abril de 2010, também estão crescendo as contestações que apresentam demandas políticas diretas.

O regime autoritário que domina a China praticamente esgotou as medidas de manutenção da estabilidade ao seu comando. A eficácia delas vem diminuindo, enquanto os custos aumentam. Contestações coletivas continuam a crescer à medida que as forças insurgentes se unem. O governo pode lidar com movimentos sociais pequenos – liderados por grupos urbanos da classe média –, mas está totalmente desorientado e incapaz de adaptar seus mecanismos de reação quando o assunto são os grupos dissidentes de grande porte.

A Política da Dissidência

Não pretendemos utilizar uma bola de cristal para afirmar se a China irá, ou não, se tornar democrática. Todavia, propomos que a chave para o entendimento do futuro político da China no curto prazo é compreender a dinâmica entre o Estado autoritário e a sociedade civil. Até agora, o regime tem tido sucesso ao usar o controle direto para impedir o crescimento dos grupos de oposição. No entanto, à medida que o controle do regime se enfraquece enquanto redes emergentes de dissidência se fortalecem, como a dinâmica irá evoluir?

Em primeiro lugar, a vontade permanente e a capacidade do Estado de usar com eficácia instrumentos de repressão continuam sendo os fatores mais importantes. Os ativistas podem estar (e estão) dispostos a se opor às punições e intimidações do regime, mas a escala e a intensidade da repressão são importantes. As revoltas recentes no mundo árabe têm deixado o PCC muito alerta para o perigo de possíveis efeitos de difusão democrática. O aparato de segurança está mais institucionalizado, e sua organização e suas práticas têm sido aprimoradas com o intuito de melhorar a coordenação entre seus vários departamentos. Se o regime optasse por ferramentas repressivas mais seletivas e severas, os dissidentes enfrentariam obstáculos maiores na organização de manifestações.

Com recursos adequados e uma rede de segurança cada vez mais sofisticada, a China não parece sofrer com a falta de meios para aplicar a repressão. Todavia, pode ser complicada a decisão do regime por reprimir, dada a crescente importância política do aparato de segurança. Em 2002, o PCC colocou o Ministério de Segurança Pública da RPC (a polícia nacional da China) sob o comando de um membro do politburo do Partido. Um cargo no poderoso Comitê Permanente do politburo também foi dado ao chefe nacional da segurança interna (o secretário da Comissão Central do PCC para Assuntos Políticos e Jurídicos). Em nível local, os chefes de polícia receberam cargos administrativos superiores e, em muitos casos, dirigem todo o aparato de segurança local.

O maior poder político desfrutado pelos esquemas de segurança, sem mencionar a concentração de tanta autoridade nas mãos da polícia, tornou os “homens fortes” a força mais potente dentro do Partido? Bo Xilai – um membro poderoso do politburo e cuja marca registrada, assim ele dizia, era o uso da força policial de Chongqing para combater o crime organizado – caiu, em 2012, em virtude de um escândalo. É possível que isso tenha aumentado a preocupação dos membros mais altos do partido em relação ao controle dos aparatos de segurança do

Estado. Antes da abertura do XVIII Congresso do Partido, no início de novembro de 2012, a maioria dos governos locais reorganizou suas linhas internas de autoridade de modo que os funcionários judiciários dos postos mais altos (procuradores-gerais e presidentes de tribunais) passassem a estar no mesmo nível dos chefes de polícia.

Na recém-formada liderança do PCC, escolhida no XVIII Congresso do Partido, em novembro de 2012, o posto de líder da segurança interna foi rebaixado para o cargo de membro geral do politburo (ao invés de passar para um posto de nível mais elitizado no Comitê Permanente do politburo). Além disso, a Secretaria Central do Partido, o órgão político encarregado de coordenar os assuntos do PCC, deixou de incluir um representante do setor de segurança. Subordinado a um grupo maior de tomadores de decisão, é possível que o aparato de segurança se torne menos arbitrário e menos propenso a utilizar ataques violentos de repressão.

Por último, mas não menos importante, a rede emergente de dissidentes irá desempenhar seu próprio papel, apesar da forte máquina repressiva do Estado. A importância dessa rede está em sua descentralização e “nivelamento”. A popularidade da Sina Weibo tornou ainda mais fácil para os cidadãos a formação de grupos de contestação e a organização espontânea. Os líderes importam menos, uma vez que as pessoas não precisam mais de empreendedores políticos para mobilizá-los e uni-los; as redes de dissidência (sejam on-line ou interpessoais) podem cumprir esse papel. Isso significa que o Estado não será capaz de suprimir as redes de dissidência atacando um punhado de figuras centrais. Os membros comuns (e, em uma rede uniforme, todo mundo é um membro “comum”) permanecerão cientes sobre e disponíveis para movimentos de contestação, e a prisão de algumas pessoas não mudará isso. Sem alvos claros, o aparato de segurança será menos útil, ou, de qualquer modo, parecerá assim. O regime autoritário que domina a China mostrou-se altamente adaptável no passado, e talvez suas forças policiais surjam com novos meios para se adaptarem tam-

bém aos problemas da interligação das redes de contestação e à velocidade do Twitter.

O relacionamento entre o regime do PCC e as redes chinesas dedicadas à luta democrática continuará sendo uma fonte de conflito. O aparato do Estado está se tornando um pouco mais fraco, mas ainda é forte, enquanto os grupos da sociedade civil têm um poder limitado, mas uma grande flexibilidade organizacional e a vontade de fazer persistentes demandas políticas. Quando um Estado autoritário resiliente enfrenta uma rede de dissidência resiliente, quem se mostrará mais à altura do desafio: uma nova liderança do partido dominante ou uma sociedade chinesa dinâmica e em contínuo desenvolvimento?

NOTAS

Os autores agradecem a Dingxin Zhao e Dali Yang, da Universidade de Chicago, pelas muitas ideias valiosas. Eles também agradecem a Yu Xunda, da Universidade de Zhejiang, por revisar e comentar os primeiros rascunhos. Zhenhua Su agradece ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Chicago por ajudá-lo na revisão deste trabalho quando ele era um estudante visitante em 2010–11.

1. Andrew J. Nathan, “China’s Changing of the Guard: Authoritarian Resilience,” *Journal of Democracy* 14 (Janeiro de 2003): 6–17.

2. Thomas Lum, *Problems of Democratization in China* (Nova York: Garland, 2000); Merle Goldman, *From Comrade to Citizen: The Struggle for Political Rights in China* (Cambridge: Harvard University Press, 2005).

3. Yongshun Cai, “Civil Resistance and Rule of Law in China: The Defense of Home-owners’ Rights,” in Elizabeth J. Perry and Merle Goldman, eds., *Grassroots Political Reform in Contemporary China* (Cambridge: Harvard University Press, 2007), 174–95.

4. A apresentação de petições é o sistema administrativo pelo qual são registradas as queixas e injustiças dos cidadãos chineses. De acordo com o sistema, a Secretaria

de Estado para Cartas e Ligações e seus escritórios locais estão autorizados a receber cartas, ligações e visitas de indivíduos ou grupos que trazem sugestões, queixas ou injustiças. Os membros dessas equipes devem encaminhar os apelos aos departamentos apropriados e monitorar o andamento de sua resolução, mantendo os reclamantes informados sobre o andamento desses processos. O Departamento de Cartas e Ligações é muitas vezes o último recurso legal que as pessoas têm para resolver seus conflitos com o governo e tem atraído inúmeros peticionários ativos.

5. *Shehui Kexu Bao*, 27 de maio de 2010.

6. Guo Feixiong é um ativista social que regularmente oferece assistência jurídica a peticionários que defendem direitos. Ele foi detido e torturado de 2006 a 2007, e, em novembro de 2012, foi condenado a cinco anos de prisão. Hu Jia é um ativista chinês que se dedicou ao movimento da democracia chinesa, ao ambientalismo e à prevenção do HIV/AIDS. Hu foi detido depois do Natal de 2007 e sentenciado a três anos e meio de prisão na primavera seguinte.

7. Merle Goldman, *From Comrade to Citizen*.

8. David Zweig, “To the Courts or to the Barricades? Can New Political Institutions Manage Rural Conflict?” in Elizabeth J. Perry e Mark Selden, eds., *Chinese Society: Change, Conflict and Resistance*, 2ª edição (Londres: RoutledgeCurzon, 2003), 132.

9. Kevin J. O’Brien e Lianjiang Li, *Rightful Resistance in Rural China* (Cambridge: Harvard University Press, 2006).

10. Jean-Philippe Bêja, “China Since Tiananmen: The Massacre’s Long Shadow,” *Journal of Democracy* 20 (Julho de 2009): 5–16.

11. Ching Kwan Lee, “Pathways of Labor Insurgency,” in Perry e Selden, *Chinese Society*, 71.

12. Bêja, “The Massacre’s Long Shadow.”

13. Em 16 de abril de 2010, ativistas de toda a China se reuniram em torno do tribunal do Distrito de Mawei, Cidade de Fuzhou, capital da Província de Fujian, onde os três internautas estavam sendo julgados. Esses ativistas distribuíram folhetos e pacificamente protestaram contra o julgamento. A campanha atraiu uma grande cobertura on-line.

14. Em 16 de junho de 2010, a ativista defensora de direitos e advogada Ni Yulan, que, recentemente, havia sido libertada depois de cumprir dois anos de prisão por protestar contra o confisco de sua casa pelo Estado, foi detida novamente pela polícia quando participava de comícios com outros ativistas. Os ativistas presentes, juntos com outros mobilizados por meio do Twitter, rapidamente se reuniram em torno da delegacia de polícia de Donghuamen, onde Ni estava sendo detida, e enfrentaram a polícia durante o protesto.

15. Zhao Dingxin, *Guojia Shehui Guanxi Yu Bajiu Beijing Xueyun* [Relações entre Estado e sociedade e o movimento estudantil de Pequim em 1989] (Hong Kong: Imprensa da Universidade Chinesa de Hong Kong, 2010).



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>